

Justiça deixa GDF derrubar barracos

A justiça autorizou ontem a Terracap a voltar a derrubar barracos em invasões do Distrito Federal. O Supremo Tribunal Federal restabeleceu liminar concedida em julho pelo Tribunal de Justiça que permitia a ação da empresa. Por unanimidade, os ministros decidiram que o Tribunal é competente para julgar a questão e sua decisão deve ser respeitada.

Com o julgamento, a liminar concedida em julho pelo vice-presidente do TJDF, Manoel Coelho, fica valendo até que o Tribunal julgue o mandado de segurança impetrado pela Terracap. O assunto chegou até o Supremo porque moradores da invasão da Telebrasilândia ingressaram com reclamação contra a decisão do TJ.

O presidente do STF, Rafael Mayer, suspendeu a decisão do vice-presidente no final de julho até o julgamento do processo, que ocorreu ontem. Ao suspender a liminar do Tribunal de Justiça, o STF fez prevalecer a decisão inicial, do juiz Asdrubal Nascimento Lima, que proíbe a derrubada de barracos em invasões.

A liminar do juiz foi concedida com base na Lei de Proteção dos Animais, por solicitação da Comissão dos Direitos Humanos da OAB. Foram beneficiados, na época, 20 mil moradores em 47 invasões do Distrito Federal, de acordo com o processo

do Tribunal.

O Supremo Tribunal Federal considerou prejudicada outra reclamação feita por moradores de Brasília. Desta vez são moradores das casas das quadras 700, que pretendiam ver garantido o direito de manter as grades nas áreas que circundam as casas. Por unanimidade, o Tribunal entendeu que não haveria razão para julgar, uma vez que no dia 26 de julho o Dis-

trito Federal desistiu da ação que movia na justiça local pela derrubada das grades.

CONFIANÇA

O secretário de Viação e Obras e presidente da Terracap, Carlos Magalhães, não se surpreendeu com a decisão. "Nunca vi decisão judicial que entregasse área pública a invasores", chegou a comentar.

Terracap retoma controle

O presidente da Terracap, secretário Carlos Magalhães, anunciou ontem, tão logo tomou conhecimento da decisão do STF, que a empresa estatal, em conjunto com a Secretaria de Segurança Pública (SEP), voltará a efetuar o controle das invasões. Ele informou que houve um crescimento surpreendente de barracos em praticamente todas as favelas desde julho último, quando foi concedida a liminar que impedia ações do GDF nesse sentido.

Carlos Magalhães acrescentou que, apesar de a decisão judicial haver limitado a ação governamental, em nenhum momento as invasões deixaram de ser acompanhadas de perto. Segundo ele, informações de agentes da SEP dão conta de que algumas invasões registraram crescimento preocupante, prin-

cipalmente a da Boca da Mata, em Taguatinga, e a Vila Paranoá, onde foram levantados dezenas de novos barracos.

O secretário voltou a denunciar que investigações preliminares revelaram existir em Brasília uma verdadeira "indústria de invasões", onde prevalece a lei do mais forte. Estariam envolvidos nesse processo desde leões-de-chácara até advogados, que explorariam a crise da moradia e os fluxos migratórios. Afirmou também que muitos já foram identificados, o que lhe dá segurança para garantir que a maioria dessas pessoas está por trás de todas as invasões. E anunciou que o governo deverá implantar proxima-mente um esquema de vigilância aérea para conter novas ocupações irregulares.